

REVISTA



Edição Nº 1 . Ano 2023

Teologia

& CONTEMPORANEIDADES

Fé, Rituais & Festividades

A Religião e a Constituição
de Espaços de Socialidade

Carlos Rafael Vieira Caxilã



EDITORA
FMB

REVISTA



Edição N°1 . Ano 2023

Teologia

& CONTEMPORANEIDADES





 editora.faculdadefmb.edu.br

Todos os direitos desta edição
reservados para: Editora FMB Ltda.

Sumário

Página 06

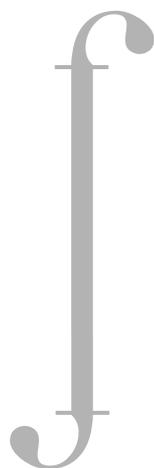
1 Fé, Ritos
& Festas

Página 08

2 A morte é
um festejo

Página 10

3 Fé Católica Sincretismo
& Resistência



Fé, Rituais & Festividades

A Religião e a Constituição de Espaços de Socialidade



Resumo

O objetivo central desse texto é explicitar a presença da população afro-brasileira em espaços de sociabilidade e integração cultural; momentos de liberação e contestação da ordem vigente. A população vive a cidade a seu modo, produzindo lazer e festa. Os rituais que a constituem situam-se entre o universo religioso e profano, o que confere mais autonomia para a população operar nesses espaços. As manifestações apresentadas possuem como característica fundamental a imbricação entre o sagrado e o profano, cujo entendimento implica considerá-los em conjunto. São exatamente as fronteiras pouco definidas desses campos que oferecem margem às práticas devocionais, às orações, às simpatias, igualmente à diversão, ao lazer, a bebedeira e a comilança, constituindo-se em momentos importantes de sociabilidade, mas também de resistências e contestações.

Palavras-chave: Religião, festividades, africanos, afrodescendentes

f 1 Fé, Ritos & Festas

Durante muito tempo historiadores privilegiaram nos seus estudos os atributos culturais da elite dominante, desprezando as formas que constituem o campo da criação popular, excluindo quase totalmente a cultura específica da praça pública como também, a festa e os humores populares em toda a riqueza das suas manifestações. A natureza específica dessas manifestações populares foram totalmente deformadas, porque lhes injetaram ideias e noções bem distantes, formando-se sob o domínio da cultura e dos valores burgueses. Os festejos e as comemorações, com todos os atos e ritos cômicos que a eles se ligam, ocupavam e ocupam um lugar muito importante na vida do homem popular. Além dos carnavais propriamente ditos, que muitas vezes eram acompanhados de atos e procissões que enchiam as ruas e as praças durante dias inteiros, as festas religiosas também possuíam um aspecto cômico popular e público, consagrado pela tradição. Todos os ritos e espetáculos organizados à maneira cômica apresentavam uma diferença de princípio com relação às formas do culto e às cerimônias oficiais da Igreja ou do Estado. Apresentavam uma visão do homem, do mundo e das relações humanas totalmente distintas, deliberadamente exteriores à Igreja e ao Estado.

No Brasil, durante muito tempo, a Igreja e as autoridades administrativas pretenderam controlar o “lazer” popular, suas festas e festivais. As procissões, festas de santos, reuniões sociais mesclavam-se o sagrado e o lazer durante o ano todo. A população em geral investia um grande capital emocional nessas manifestações. Muitas semanas de trabalhos intensos e alimentação escassa eram compensadas nessas ocasiões, quando na maioria das vezes a comida e a bebida eram abundantes, intensificavam-se as relações sociais, os vínculos de sociabilidade tornavam-se mais fortes, a vida tornava-se menos pesada.

A Igreja tinha uma participação significativa na organização dessas festividades, isso porque as manifestações coincidiam com a comemoração dos santos católicos. Embora os dias dos santos se espalhassem abundantemente pelo calendário ritual da Igreja, os eventos concentravam-se, principalmente do natal até a páscoa. Nessas ocasiões, era comum a presença de procissões com tambores, flautas, músicas e danças. Os festejos eram, na sua grande maioria, organizados por irmandades, associações corporativas das quais seus membros teciam solidariedades fundadas em hierarquias sociais.

Essas irmandades eram responsáveis pela realização de festas em que músicas, danças, mascaradas e banquetes alegravam os participantes em grandes homenagens aos santos de devoção.

As irmandades surgiram na Europa na Idade Média e faziam parte das confrarias juntamente com as ordens terceiras. Para que uma confraria funcionasse precisava encontrar uma igreja que a recebesse ou mandar construir uma e ter seu estatuto ou compromisso autorizado pelas autoridades eclesiásticas. Em Portugal essas instituições dedicavam-se principalmente à caridade e auxiliavam os necessitados, fossem associados ou não. Tanto as irmandades como as ordens terceiras, embora recebessem religiosos, eram formadas por leigos. Porém as ordens terceiras, diferentemente das irmandades, se associavam a ordens religiosas convencionais (franciscana, dominicana, carmelita).

As irmandades eram muito numerosas na Europa, sobretudo em Portugal. Da metrópole portuguesa vieram para o Brasil o modelo básico dessas organizações. No Brasil, uma única Igreja, muitas vezes, acomodava várias irmandades que louvavam seus santos padroeiros em altares localizados nas laterais das naves.

A administração das irmandades brasileiras ficava a encargo de uma mesa, que era reeleita anualmente e presidida por juízes, presidentes, provedores ou priores, escrivães, tesoureiros, procuradores e mordomos. A esses últimos, uma série de atividades ficava sob sua custódia, como por exemplo: convocação e direção de reuniões, arrecadação de fundos, guarda dos livros e bens da confraria, assistência aos irmãos necessitados, organização de funerais, festas e loterias.

Para uma irmandade funcionar, ela teria de ter seus compromissos aprovados por autoridades da igreja. Esses compromissos, além de regularem a administração das irmandades, estabeleciam a condição social ou racial dos sócios, seus direitos e deveres. Eram direitos dos sócios: assistência médica e jurídica, ajuda em momentos de crise financeira, se fossem escravos tinham ajuda para a compra da alforria, direito a enterro para si e para sua família com acompanhamento de irmãos da confraria e sepultamento na igreja da irmandade. Em troca, eles tinham o dever de apresentar bom comportamento e devoção católica, pagamento de anuidades e participação nas cerimônias civis e religiosas. (REIS,1991; SOARES,2000)

Desde os tempos do Brasil colônia, as irmandades de pretos organizavam e apresentavam reinados e congadas para celebrar santos de devoção. Essas manifestações constituíam-se em importantes momentos de sociabilidade. Em dias de celebração, saíam em desfile pelas ruas das cidades reis, rainhas e súditos, todos vestidos a caráter, na maioria das vezes se apresentavam mascarados, cantando, dançando, ao som de atabaques, caixas e outros instrumentos musicais, regados por muita bebida e comida. Esses festejos organizados pelas irmandades, dependendo das circunstâncias e da política de controle social adotada pelas autoridades da época, eram reprimidas ou toleradas. (REIS,1991)

f 2 A morte é um festejo

Ao longo do século XIX, as atitudes diante dos mortos e da morte foram tomando novas formas e novos sentidos. As percepções diante o mundo dos espíritos e dos mortos, a maneira como a morte chegaria, seu ideal, os ritos realizados para precede-la e sucede-la, o sepultamento e o destino da alma eram questões que muito preocupavam a população, em torno das quais criavam-se símbolos, realizavam-se ritos e movimentavam-se devoções e negócios. (REIS, 1991)

A morte não era vista como um fim, mas como uma passagem onde o espírito seguiria a outra dimensão. A morte era vista como um deslocamento espacial. Os rituais e os simbolismos que a envolvia eram realizados para permitir uma boa viagem para outro lugar. Ao morto era dispensado o tratamento de forma a integrá-lo o mais breve possível ao seu novo mundo, para o seu próprio bem estar e o dos vivos.

A imortalidade da alma era um princípio que era cheio de variáveis. Na tradição da Igreja Católica, a alma poderia ir ao inferno, paraíso ou purgatório, a depender do julgamento individual pelo qual passaria após seu falecimento. O purgatório era considerado um lugar de passagem onde a alma iria expiar suas culpas. Para escapar mais rapidamente dele, além do arrependimento na hora da morte, os mortos poderiam contar com a ajuda dos vivos em forma de missas, novenas e promessas aos santos.

Nas tradições africanas, os vivos eram acompanhados pelos mortos no cotidiano. Os africanos viam os espíritos dos ancestrais como forças poderosas que os ajudavam a viver o dia a dia e garantiam-lhes uma boa morte. Acreditavam em recompensas e punições quando mortos. Em casos em que o indivíduo tivesse problemas com rituais fúnebres, morte prematura ou por feitiçaria, a alma estaria condenada a penar. Entre os iorubas, conhecidos como nagôs na Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e em outras regiões sulistas, existia a crença dos mortos vagarem por regiões terrestres até que os vivos os ajudassem.

Na primeira metade do século XIX, candomblés foram criados para dedicarem-se aos mortos. Em muitas províncias do império, principalmente Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, os jornais denunciavam a realização de cerimônias para os mortos africanos. Acusavam os negros de práticas de adivinhação, superstição e feitiçaria. Muitas vezes, os periódicos faziam referência à presença não apenas de negros nas manifestações, mas também de gente branca de várias condições sociais.

A população africana, na maioria das vezes, circulava em mais de uma religião, cuidava dos seus mortos a maneira católica e africana. Os africanos deportados e feitos escravos no Brasil foram obrigados a seguir os preceitos católicos, mas nem por isso deixaram de seguir suas tradições. Em suas irmandades de cor, eles mesclaram o catolicismo as suas práticas africanas, homenageando santos patronos com cantos em língua nativa, batuques, danças, mascaradas, como também, em coroamentos de reis e rainhas negros. E, por conta da flexibilidade dos rituais africanos, havia sempre espaço para novos símbolos e deuses. Por mais que os fundamentalistas católicos protestassem contra tais práticas, a igreja foi obrigada a aceitá-las. Contudo, predominaram as regras católicas especialmente no lado público dos funerais.

Muitos africanos e afrodescendentes preparavam sua morte oralmente, na maior parte das vezes, na presença de parentes, amigos ou padres. Mas também haviam aqueles que escreviam ou ditavam seus testamentos. Esses documentos tinham implicações místicas, nomeavam santos como advogados no julgamento divino, pediam a interferência de forças celestiais, indicavam a quantidade e o tipo de missas que consideravam importantes para abreviar sua passagem pelo purgatório, escolhiam o modelo da mortalha que gostariam de vestir, o tipo de caixão, a quantidade de padres e músicos que fariam parte do funeral, e especificavam o local do sepultamento. Na cidade do Rio de Janeiro e em Salvador, a preferência dos africanos era pela mortalha branca de tecido de algodão. O branco era a cor fúnebre de muitos grupos étnicos da África, principalmente, os nagôs, jejes, angolas, congos e os muçulmanos. (DEBRET, 1941)

Muitos viajantes estrangeiros de passagem pelo Brasil, registraram cerimônias fúnebres. Debret, quando esteve no Rio de Janeiro entre 1816 e 1831, registrou o funeral de um príncipe africano. Durante o funeral do soberano africano, delegações de diversas outras nações da África visitaram o morto. O clima era de festa com muitas danças e músicas. A animação aumentou com a saída do cortejo. O morto seguia envolto numa rede, coberto por uma mortalha com o desenho de uma cruz. À frente ia um mestre-de-cerimônias e em seguida, acrobatas dançavam ao som de tambores. Ao chegarem a igreja de irmandade negra, do lado de dentro acontecia a cerimônia de sepultamento nos moldes católicos, e no lado de fora eram animados os festejos ao estilo africano. Também na província da Bahia, os africanos, em sua maioria vindos de Luanda e do Golfo do Benim, celebravam em grande estilo a morte de seus líderes religiosos e políticos. (DEBRET, 1941)

f 3 Fé Católica Sincretismo & Resistência

Durante todo o período escravagista no Brasil, somente a prática da religião católica será permitida pelas autoridades; a religião católica será considerada como única e vai relegar os demais cultos como sendo misteriosos ou supersticiosos. Tal imposição será contestada notoriamente pela população negra que adota uma postura de resistência e sobrevivência.

O controle sobre as manifestações africanas sempre foi muito contundente. As autoridades vigentes sempre buscaram regrá-las e ordená-las. Gilberto Freire, na obra “Guia Prático Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira”, apresentou algumas observações sobre a prática de festejos realizados por negros em Pernambuco no século XVIII. Freire utilizou como fonte as correspondências trocadas entre o Conde de Povoline e um dos ministros da Coroa Portuguesa.

Na correspondência expedida pelo Conde constava alguns reclames sobre a prática de determinados cultos africanos que estavam ocorrendo na capitania de Pernambuco, “fazem às escondidas ou em casas ou em roças com uma preta mestra, com altar de ídolos, adorando bodes vivos e outros feitos de barro, untados seus corpos com diversos óleos ou sangue de galo, dando a comer bolos de milho depois de diversas bênçãos supersticiosas.” (FREIRE, 1958, p.52)

Para as autoridades da época, essas manifestações apresentavam um caráter primitivo e bárbaro. Deveriam ser reprimidas e abolidas do convívio da sociedade. Sua incidência poderia afetar a ordem e os bons costumes. Dessa forma os padres católicos incutiram nas populações de africanos escravos e libertos os rudimentos da religião. Entretanto, nos seus dias de descanso, principalmente nos domingos, os negros reuniam-se, reagrupavam-se por nações de origem para louvarem seus deuses, cantarem e dançarem ao som do tambor e de suas línguas.

Percebe-se uma aproximação entre os sistemas religiosos africanos e católico, principalmente, no plano temporal. Na África os sistemas religiosos obedecem a um calendário ritual onde as datas estão fixadas de acordo com o ritmo da natureza e da sociedade. A passagem de cerimônias de um continente ao outro provocou algumas dificuldades devido a ritmos e ordens diferentes. Para resolver estas dificuldades, os negros alinharam o tempo religioso ioruba ao tempo do cristianismo. Assim, grandes festas de orixás são celebradas em datas de santos católicos.

Segundo Millet, as práticas religiosas africanas tiveram uma profícua acolhida na América:

As práticas religiosas do fetichismo das instituições africanas, das que foram legadas na América pelos colonos negros ou transmitidas aos seus descendentes, foram as que melhor se conservaram no Brasil. Entretanto, não podemos admitir que mesmo entre os africanos as crenças religiosas dos negros aqui tomaram múltiplas formas de manifestação. Não é fácil dizer quais foram as práticas fetichistas e a religião dos africanos durante o tráfico, e quais foram os povos negros, pois frequentemente recebíamos novas levas de africanos. E também o que foram esses cultos mesmo quando o tráfico foi suspenso. (MILLET, 1989/1990, p.197)

Entretanto, esta fusão de crenças não impediu que se preservasse a heterogeneidade e a diferença de organização dos dois rituais. Nos rituais africanos estão presentes uma série de gestos e ações influenciados por músicas e danças ao som dos tambores. As homenagens aos santos mesclavam elementos do catolicismo português, dos grupos indígenas e africanos, incluíam vários instrumentos percussivos, sendo o principal o tambor.

Para melhor se fazer entender, o senhor tinha necessidade de fazer com que o escravo compreendesse os rudimentos da religião católica e aprendesse a rezar, pois a sociedade escravista contava com o apoio da igreja para ensinar aos cativos a submissão e a resignação à ordem estabelecida. A tarefa de evangelização nas cidades era feita pelas confrarias e ordens terceiras, pois os párocos se ocupavam da distribuição de sacramentos e da realização de fastosas procissões. Raramente os escravos tinham contatos pessoais com os sacerdotes católicos.

Era prática comum no Brasil escravista, os senhores permitirem que seus cativos dançassem e cantassem livremente em determinados dias da semana, maneira pela qual os mantinham relativamente satisfeitos e produtivos. Animavam os terreiros e as casas grandes em dias festivos: sambas, lundus, cocos e batuques. Nas cidades por sua vez, através das irmandades os negros festejavam moçambiques, congos, maracatus, taieiras e cucumbis. Era através desses festejos que os negros celebravam identidades étnicas e sociais, recriando expressões singulares num contexto de expropriação e exploração.

Diz Mourão:

O que nos parece mais exato é distinguir no catolicismo colonial brasileiro, dois aspectos que na colônia estavam vinculados, e hoje se apresentam separados: o catolicismo na prática do culto oficial da Igreja, principalmente os ritos sacramentais, e o catolicismo do tipo popular, enquanto vivido pela população branca. De um lado estes ritos sacramentais foram impostos, pois todos os africanos deveriam ser batizados nas costas da África ou ao chegarem ao Brasil, pesando conseqüentemente sobre eles a obrigatoriedade da assistência às missas dominicais.

Do outro lado, a religião católica popular sem nenhuma obrigatoriedade expressa, mas derramada pela população, nas casas dos senhores de engenho, em seus oratórios, nos nichos das ruas, nas curvas das estradas, nas imagens dos santos. Esta obrigatoriedade externava-se em termos de separação entre brancos e pretos, ou mais precisamente, entre senhores e escravos. Embora o catolicismo de tipo popular contivesse em algumas de suas exteriorizações esta separação, como nas procissões mais solenes, nos novenários de caráter público, mesmo de tipo popular, mas para tomá-lo como um manto protetor, como o aparente católico, a fim de que a religiosidade africana pudesse mover-se em seu mundo próprio. Deste modo, para nós, a força selecionada dos símbolos católicos não estaria no catolicismo, como postula a posição do sincretismo, mas na própria religião africana. E veríamos nos símbolos católicos – imagens de santos –, uma função social religiosa da religião africana, a saber, a de ocultar-se a si mesma ante o olhar inquisitorial do clero ou do senhor de engenho. Onde, o problema a ser colocado não é o de dois catolicismos, e sim de duas religiões, distintas, cada uma com seu universo próprio, e o do relacionamento destas duas religiões. A aparência católica, mesmo nos ritos sacramentais e nas missas, era apenas uma aparência. Tais práticas e o uso de imagens nas danças africanas no interior das senzalas, desempenhavam o papel de ocultação do mundo religioso africano, sem quebra nem esfacelamento. (MOURÃO, 1978, pp. 54,46)

Foi a igreja católica que possibilitou às camadas populares, principalmente aos negros escravos e libertos, pelo menos durante 200 anos, a maior oportunidade de lazer, por meio dos dias dedicados aos santos, respeitados com a suspensão do trabalho. O calendário cristão permitiu a esses estratos sociais se divertirem através de procissões, festas de padroeiros, participação no ritual da Paixão de Cristo ou nas comemorações dos dias consagrados aos santos de devoção.

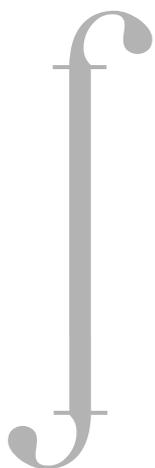
O padre Antonil já recomendava aos cativos que realizassem seus festejos e comemorassem seus credos. Entendia o padre que, negar aos escravos as suas festividades, seus folguedos que constituíam o único alívio da rotina massacrante do cativo, era querê-los descontrolados, insubordinados e melancólicos. Diz Antonil:

Portanto não lhes estranhe os senhores o criarem seus reis, cantar, e bailar por algumas horas honestamente à tarde depois de terem feito pela manhã suas festas de N. S. do Rozario, de S. Benedicto, e do orago da capella do engenho, sem gasto dos escravos, acodindo o senhor com sua liberalidade aos juizes, e dando-lhes algum prêmio do seu continuado trabalho. (ANTONIL. In:TINHORÃO, 1997, p.47)

As manifestações de rua, com caráter de espetáculos, promovidas pelas irmandades no Brasil, constituíam desde o século XVII até o XIX, um importante acontecimento social que embora

pertencendo as solenidades litúrgicas da igreja católica, representavam sempre para as camadas populares um momento de lazer, em que lhes eram permitido participar tanto na condição de público quanto na de figurante da parte coreográfica ou teatral do evento.

Colocados sempre a margem das comemorações de caráter oficial, onde se apresentavam apenas na condição de observador, foi nas festividades religiosas que a população afrodescendente dos centros urbanos encontrou oportunidade de participação ativa.



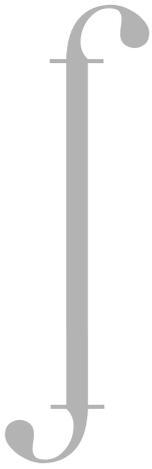
Considerações Finais



Nos últimos anos, o foco dos estudos a respeito da presença dos negros na sociedade brasileira tem se deslocado, estudiosos do tema vem buscando redirecionar suas análises, no intuito de perceber o papel histórico desempenhado por esses indivíduos, como importantes sujeitos no processo histórico de formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, historiadores tem se voltado cada vez mais para a análise de diferentes variáveis de modo que modelos cristalizados nos quais a relação negro-escravidão que direcionava ao negro escravo ou liberto o papel de figurante na sua história, sendo incapaz de agir eficazmente no processo histórico, fosse superado.

Dessa forma, esses indivíduos foram sendo analisados a partir de suas histórias, que os mostram como seres humanos submetidos à dominação branca e que tinham outros valores e projetos – diferentes daqueles da sociedade dominante – e lutaram por eles. Construindo alternativas de vida, lutando de diversas maneiras, conquistaram “direitos”, transformando as próprias relações as quais estavam submetidos.

Nesse sentido, historiadores estão privilegiando nos seus estudos as vozes e atitudes desses homens e mulheres, que lutaram para ter o direito de ir e vir, ter acesso a terra, manter linhagens e laços de solidariedade arduamente construídos através de manifestações culturais e outras práticas sociais.



Referências



ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no atlântico sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura Popular na Idade Média e no Renascimento.** Tradução: Yara Frateschi. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

CABRAL, Hidaci. **Festejos e Procissões na Bahia (1700-1889).** Salvador, Ed. Limiar, 1995.

DEBRET, Jean Baptista. **Viagem pitoresca e histórica do Brasil.** In: Memórias de um Colono no Brasil. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

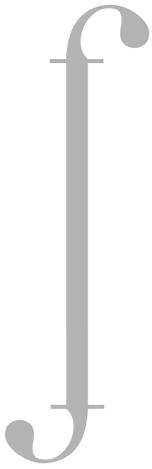
ELIADE, Mircea. **Imagens e Símbolos: Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso.** Tradução de Sônia Cristina Tamer. São Paulo: Martins Fontes, 1991

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. São Paulo: Contexto, 2007.

GILROY, Paul. **O atlântico negro.** Tradução de Cid Knip Moreira. São Paulo: Ed. 34, 2001

HALL, Stuart. Da Diáspora: **identidades e mediações culturais.** Tradução: Adelaide Resende; Ana Carolina Escotequi; Cláudia Álvares; Francisco Rudiger; Sayonara Amaral. Belo Horizonte: Humanitas, 2003.

MILLET, José. **Aspectos de religiosidade popular angolana.** Revista do Centro de Estudos Africanos da USP, São Paulo, p. 12-13, 1989/90.



Referências



MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. **“Reprise” da África no Brasil.** Revista do Centro de Estudos Africanos da USP, São Paulo, 01 jan. 1978.

REIS, João José. **A Morte é uma festa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SOARES, Carlos Eugenio. **A Capoeira Escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro.** Campinas Editora da Unicamp, 2002.

TINHORÃO, José Ramos. **Os negros em Portugal:** uma presença silenciosa. 2. Ed. Lisboa: Editoria Caminho, 1988.



REVISTA



Edição N° 1. Ano 2023

Teologia

& CONTEMPORANEIDADES